

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

HIGHER EDUCATION POLICY AND NEOFASCISM: BRAZIL POST 2019

Janaína Lopes do N. Duarte ¹

Thales Eduardo de O. Martin ²

Resumo

Este texto objetiva problematizar o neofascismo em marcha no Brasil pós 2019 e suas repercussões para a política de educação superior. A partir do método materialista histórico dialético, o artigo foi produzido utilizando-se dos procedimentos: a) levantamento bibliográfico, considerando as obras de Florestan Fernandes e outros interlocutores sobre o tema educação; e b) pesquisa documental, com destaque para dois documentos produzidos no Governo Bolsonaro, o primeiro, de modo mais pontual e, o segundo, de forma mais consistente: 1º Plano de Governo e 2º Programa “Future-se”. Tal percurso permitiu identificar tendências que mesclam ultraliberalismo com ultraconservadorismo, resultando na continuidade do desmonte do setor público como um dos eixos atuais do padrão dependente educacional no país e do neofascismo em curso, principalmente no cenário pós 2019.

Palavras-chave: capitalismo dependente; educação superior; neofascismo; governo Bolsonaro; programa Future-se.

Abstract

This research intends to problematize the neo-fascism on the march in Brazil after 2019 and its repercussions on higher education policy. According to the dialectical historical materialist method, the article was produced using a bibliographic survey, considering the works of Florestan Fernandes and other researchers of the proposed objective, furthermore to documentary research, highlighting two documents produced in the Bolsonaro Government, the first, more punctually and, the second, more consistently: 1st Government Plan and 2st “Future-se” Program. This path allowed us to identify trends that mix ultraliberalism with ultraconservatism that results in the continued dismantling of the public sector as one of the current axes of the

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC (UnB), certificado no Diretório do CNPq. E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com; janaduarte@unb.br

² Assistente Social. Graduado em Serviço Social (UnB). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente – GEDUSSC (UnB), certificado no Diretório do CNPq. E-mail: thalesmartins.unb@gmail.com

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

dependent educational pattern in the country and the ongoing neo-fascism, especially in the post-2019 scenario.

Keywords: dependent capitalism; higher education; neo-fascism; Bolsonaro government. “Future-se” program.

Introdução

Que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a universidade que está em nossos corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades (Florestan Fernandes, 1960)³

Este artigo é resultado dos estudos realizados na Linha de Pesquisa Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente (EDUCSS), vinculada ao Grupo de Estudos Político-Sociais (POLITIZA/PPGPS/UnB) e à Rede de Estudos e Pesquisas Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (Rede CADESS⁴).

Apesar dos limites de um texto e a partir das reflexões que decorrem de resultados da pesquisa “Política de Educação Superior Brasileira no Capitalismo Dependente: ações governamentais após 2016 e o seus desdobramentos para o Serviço Social”, apresentamos como principal objetivo problematizar o neofascismo em marcha no Brasil pós 2019 e suas repercussões na política de educação superior, a partir do diálogo com a obra florestaniana para análise da luta de classes no capitalismo dependente brasileiro.

O texto é conduzido pelo método histórico crítico dialético, no sentido de estimular reflexões sobre a estrutura e a dinâmica dos processos que envolvem a política de educação superior no Brasil diante de um contexto de características neofascistas e, ainda, considerando a constante revitalização da hegemonia burguesa em sua dupla face, local e imperialista, ao longo do Governo Bolsonaro. Como principais procedimentos de pesquisa foram realizadas revisão bibliográfica e pesquisa documental, a partir do diálogo com a obra de Florestan Fernandes e outros interlocutores, bem como da análise do Plano de Governo e do Programa Future-se no Governo Federal de Jair Bolsonaro (2019-2022).

³ Frase proferida por Florestan Fernandes em entrevista a um jornalista do Jornal Tribuna de Santos em 1960. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/25605/27347>> Acesso em: 27/10/22.

⁴ A Rede CADESS é composta por pesquisadores/as de graduação e pós-graduação dos Grupos POLITIZA/UnB GEPESS/UFF (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social), com o objetivo central de analisar as reconfigurações na política de educação e o seu significado para a formação e o trabalho do assistente social.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

Assim, desenvolvemos o texto a partir de dois aspectos centrais: 1) a política de educação brasileira como desdobramento do desenvolvimento capitalista dependente, refletindo, a partir dos fundamentos florestanianos, sobre a formação sócio histórica brasileira, as particularidades das classes e da dominação burguesa diante da dependência e suas repercussões estratégicas para a constituição de um padrão também dependente de educação superior; 2) a concretude das ações da burguesia local reacionária e ultraconservadora, em associação permanente com a burguesia imperialista, que se expressa em características particulares de um neofascismo à brasileira, a partir da análise dos documentos Plano de Governo e Programa Future-se no Governo Bolsonaro. Por fim, mas sem esgotar o debate, buscamos retomar brevemente análises críticas para retificar e estimular novas trincheiras de luta e resistências em defesa da educação pública e da sua qualidade para todos e todas.

1 Política de Educação subordinada à produção e à reprodução do capitalismo dependente na atualidade

Para compreender a política de educação brasileira é indispensável ponderar as complexidades da particularidade histórica e social do Brasil que resultam da cisão do mundo entre centros hegemônicos, autônomos e desenvolvidos, e países dependentes, subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro. Portanto, para a reflexão da gestão de um governo com características fascistas, como a do Governo de Bolsonaro, é necessário o entendimento da totalidade da realidade brasileira, haja vista que “o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 2020a, p. 291).

Neste sentido, o modo de produção capitalista brasileiro está inserido, conforme Fernandes (1995), em um tipo específico, isto é, em sua matriz dependente. Assim como esclarece Cardoso (1996), a conceituação de capitalismo dependente atravessa as esferas históricas e estruturais da vida social, econômica, política e cultural da sociedade. Define-se como parte do modo de produção capitalista, em uma determinada fase, a monopolista, apresentando como especificidade a sua posição dependente ou heterônoma⁵.

⁵ Essa categoria, diluída na obra florestaniana, pode ser esclarecida a partir do par autonomia/heteronomia, em que o debate sobre heteronomia expressa a “[...] capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e reprodução do capital” (CARDOSO, 1996, p. 10).

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

Segundo Fernandes (2020b), aqueles hegemônicos se beneficiam de sua posição dominante nos processos de invenção cultural e de crescimento da civilização industrial, dado que “absorvem as estruturas dos países de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhes são próprios” (FERNANDES, 1995, p. 139). Essa estrutura condiciona uma ordem social tracejada pela intensificação da exploração dos recursos naturais e humanos das nações dependentes. Além de proporcionar uma sociedade de classes com uma dicotomia evidente: de um lado e de forma reduzida, há uma classe detentora de renda, prestígio e poder, e, em sua oposição e de forma majoritária, há outra despossuída das riquezas socialmente produzidas, restando-lhe a miséria e a exclusão.

Dessa maneira, os países dependentes se conectam ao mundo capitalista a partir da expropriação e exploração mais acentuada do trabalho, da manutenção avassaladora de privilégios por parte de uma minoria burguesa e da ampliação da desigualdade. Fernandes (1972) explica que o capitalismo dependente deve ser caracterizado

através de uma economia de mercado capitalista *duplamente polarizada*, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma *autonomia limitada*. [...] uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1972, p. 24, grifos nossos).

Em consonância com o que afirma Fernandes (2020a), o capitalismo na periferia assume determinações específicas que repercutem em um capitalismo bárbaro, materializado pelo aumento colossal da desigualdade e por sua naturalização⁶. Na verdade, expressa-se como um capitalismo selvagem “que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro” (FERNANDES, 2020a, p.301), constituído “à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre apropriação e sobre expropriação capitalista” (FERNANDES, 1975, p. 45). Destarte, o capitalismo dependente cultiva um regime de classes que fragiliza e aparta a classe trabalhadora de qualquer posição decisória e concentra poder, renda e prestígio na burguesia dominante.

⁶ “O desafio latino americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna” (FERNANDES, 1975, p. 20).

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

Nessa direção, torna-se substancial os apontamentos acerca desta condição de dependência, assim como do papel que a burguesia e suas frações exercem neste sistema. A dependência não é uma mera posição aleatória ou natural, mas sim uma situação decorrente da luta de classes, por meio de ações propositais, escolhas históricas e políticas, especialmente fruto de negociações entre as burguesias local e internacional. Então, a composição burguesa nos países dependentes “se forja na dominação em sua dupla face, operando um padrão dual de expropriação do excedente econômico, no qual parte fica com a burguesia internacional e outra parte fica com a burguesia local brasileira” (DUARTE, 2020, p. 79), alimentando a “manutenção simultânea, interna e externa, de renda, prestígio e poder” (ibid.)⁷. Logo,

quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida - não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa (FERNANDES, 2020a, p. 291).

As desigualdades acentuadas, produzidas pela circunstância dependente/subdesenvolvida, também são identificadas na educação. Isto porque o capitalismo dependente gera condições objetivas de heteronomia permanente, “sem possibilidades de sustentação de um modelo de desenvolvimento que seja de fato autônomo e que estimule a democracia ampliada e a garantia de direitos para a classe trabalhadora” (DUARTE, 2020, p. 81).

Por conseguinte, o padrão dependente, marcado pela heteronomia permanente que une o arcaico ao moderno, também mobiliza um padrão dependente educacional, já que o capitalismo dependente é resultado de uma “complexa realidade sociocultural” (FERNANDES, 1972, p. 9). Sendo assim, a organização de um padrão dependente educacional encontra suas raízes na heteronomia e na produção e reprodução de desigualdades essenciais para a sociedade de classes, em termos dependentes. Conforme Duarte (2021, p. 29)

[...] ainda que os países capitalistas dependentes participem dos processos de inovação e produção de conhecimento, sua participação ocorre em condições que dependem dos avanços produzidos nos países hegemônicos, exigindo adequação da periferia aos interesses mais amplos daqueles. Tal condição determina limites à livre produção e utilização da riqueza e, conseqüentemente, à produção e socialização do conhecimento, com perdas e conseqüências para a dinâmica da cultura e para o desenvolvimento educacional dos países dependentes.

⁷ Assim, “não devemos entender a burguesia brasileira como uma burguesia fraca, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas” (LIMA; SOARES, 2020, p. 47).

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

A educação delineada pela heteronomia cultural assume particularidades próprias, já que a burguesia local, no Brasil, não incorpora os valores e a tendência da burguesia dos países de capitalismo central. Em outros termos, tal burguesia local não realiza a revolução burguesa nos moldes das revoluções burguesas clássicas: sob o capitalismo dependente ocorre a emergência de um tipo específico de dominação burguesa “[...] que não faz história através da revolução nacional e de sua aceleração. Mas, ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento.” (FERNANDES, 1995, p. 126). Outrossim, forma-se uma dualidade na política de educação legitimada por uma democracia restrita à classe dominante, cuja noção de democracia burguesa se impõe “como uma realidade prática inexorável, pela qual se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualificam, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa.” (FERNANDES, 2020a, p. 290).

Cabe lembrar que, no capitalismo, a educação também é atravessada pela contradição. “Sob a ótica burguesa, a educação é útil na medida em que contribui para moldar a força de trabalho em fina sintonia com as exigências do processo de extração de mais-valor” (MOTTA; ANDRADE, 2020, p.5), sendo a educação convertida em uma ferramenta utilizada pela classe dominante tanto para a obtenção de lucro, quanto para o controle ideológico e político da classe dominada. Todavia, para a classe trabalhadora, a educação pode se constituir como um dispositivo de possibilidade de emancipação, a partir do estímulo ao pensamento crítico e a mecanismos que podem auxiliar nos processos de disputas na luta de classes.

Importante destacar que a burguesia local não vislumbra aniquilar o passado colonial e escravocrata, longe disso, a periferia do capitalismo dependente está fadada a ser constituída com base na exploração e na opressão da classe trabalhadora, à sombra de novas roupagens, mas carregando os valores e concepções da antiga aristocracia. Para isso, é essencial afastar os trabalhadores de qualquer política emancipatória e da capacidade decisória, sobretudo, de uma educação pública e de qualidade. Para atingir tal finalidade, a hegemonia burguesa não apresenta constrangimento em fazer uso da violência institucionalizada, mediante o manuseio das estruturas estatais, para obter a realização de seus anseios mais mesquinhos e privados. Fernandes (2020a) destaca que a burguesia local, a fim de preservar sua dominação, incorpora o fascismo no âmago do Estado.

Diante de uma burguesia local agressiva, historicamente ultraconservadora e fiel aliada da burguesia hegemônica, podemos inferir que o Governo Bolsonaro revigora uma política

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

neofascista; porquanto, “o fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa.” (FERNANDES, 2015, p.33). Isto porque tal governo promoveu uma trajetória marcada pelo uso e incentivo da violência desde a campanha presidencial exposta no Plano de Governo (PSL, 2018), bem como em suas ações e programas que salientam a reatualização do conservadorismo e uma política de privatização e destruição de direitos sociais, especialmente da educação. Nessa perspectiva, Duarte e Lima (2022, p. 16) explicam:

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro materializa os traços fascistóides inerentes ao padrão de hegemonia burguesa no Brasil e apresenta como horizonte político o aprofundamento da pauta de ação política do governo Temer (2016/2018). Ao mesmo tempo em que opera a continuidade e o aprofundamento da política de privatização, o governo Bolsonaro (2019/2022) apresenta novidades pela militarização das estruturas do aparelho do Estado, pelo alargamento da violência contra a classe trabalhadora e pela busca do silenciamento da crítica com a captura da subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas.

Em resumo, o Governo Bolsonaro reafirma o seu compromisso com a classe dominante burguesa em sua dupla face, assentado nos interesses internacionais e, por consequência, na condição dependente. Bolsonaro, mesmo antes de assumir a presidência, já esboçava seu alinhamento com as premissas do neoliberalismo por meio das privatizações e do desmonte das políticas sociais, bem como do controle ideológico da classe trabalhadora em congruência com os preceitos conservadores. A seguir, aprofundaremos o debate a partir das ações do Governo Bolsonaro na direção da reatualização do padrão dependente no campo educacional brasileiro.

2 Educação Superior sob o Neofascismo de Bolsonaro

A vitória eleitoral de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 simboliza uma derrota enquanto nação. Bolsonaro representa frações burguesas (e mesmo segmentos “aburguesados” dos trabalhadores) que se viram ameaçadas e prejudicadas em ter que dividir espaços com o segmento mais despossuído da classe trabalhadora. A expansão do acesso ao consumo, assim como das políticas de cotas raciais e sociais, que conferiu à classe apartada dos direitos a possibilidade de ingresso na educação superior, constituem-se como algumas das ações que incomodaram a burguesia local, historicamente reacionária e ultraconservadora.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

Bolsonaro também cooptou bastante influência entre “os de baixo”, mediante o uso de assuntos de forma distorcida por meio do uso da religião e de valores morais confusos e individuais. Além de também sustentar o apoio das frações burguesas mais altas, aliadas históricas da burguesia hegemônica, por atender às exigências e corresponder às demandas privatistas neoliberais. Desse modo, há identificação do Governo Bolsonaro com a natureza da dominação burguesa no capitalismo dependente brasileiro, na medida em que:

a dominação burguesa interna é mantida sob o suporte do Estado autocrático burguês, uma vez que o poder das burguesias brasileiras “encontra suporte forte e durável e as torna aptas a manipular o Estado como seu fulcro de auto afirmação e dominação de classe” (FERNANDES, 1980, p. 79). Isto [...] define uma contrarrevolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 1980), já que a burguesia não se propõe a tarefas históricas construtivas, ainda que nos limites capitalistas [...] (DUARTE, 2021, p. 27).

Segundo Cislighi e Demier (2019), o neofascismo do Governo Bolsonaro reúne ultraliberalismo econômico e ultraconservadorismo que viabilizam um cenário de restrição de direitos sociais, mesclando preconceitos arcaicos sustentados pelo fundamentalismo religioso, pela aversão à ciência e à cultura, que se somam e se afinam tanto com os interesses burgueses locais privatistas e violentos, quanto com os interesses imperialistas. Como bem delimita Arcary (2019, p. 101):

O movimento liderado por Bolsonaro responde, também, à nostalgia fantasiada das décadas da ditadura militar em franjas exasperadas, inclusive entre os militares e as polícias. Conquistou visibilidade dando expressão ao ódio de ambientes sociais retrógrados e arcaicos, especialmente de algumas igrejas neopentecostais, à luta do feminismo, do movimento negro e LGBT, e até dos ecologistas.

Portanto, a sociedade de classes no capitalismo dependente brasileiro é marcada pela fértil disputa entre projetos antagônicos, com firme vinculação com os interesses e exigências da hegemonia burguesa compósita, nos termos de Fernandes (1975), em que, a partir de um longo processo sócio-histórico e político, foi garantindo acomodações e reatualizações dos interesses burgueses em sua dupla associação (local e hegemônica).

Na atualidade, Arcary (2019, p. 101) analisa que “a qualificação de qualquer corrente política ou liderança de ultradireita como fascista é uma generalização apressada, historicamente errada e, politicamente, ineficaz”. No entanto, sobre o Governo Bolsonaro é possível refletir em termos neofascistas, uma vez que sua base social está colada e atende a

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

setores diversos das frações burguesas locais, que justificaram ações antidemocráticas por meio da bandeira anticorrupção, mascarando, na verdade, uma mentalidade burguesa violenta e ultraconservadora. Nesse contexto, “Bolsonaro saiu da obscuridade nas mobilizações pelo *impeachment* de Dilma entre 2015-2016, quando a exigência de intervenção militar ganhou audiência entre dezenas de milhares dos que saíram às ruas” (ARCARY, 2019, p.104).

Outro fator de reconhecimento do neofascismo presente na gestão de Bolsonaro pode ser analisado pelo seu projeto político-ideológico, assinalado: a) pelo repúdio à Constituição Federal de 1988 e aos direitos sociais; b) pelo desrespeito às instituições, especialmente a esfera judiciária, como evidenciado pelo *Slogan*: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; c) pela mística religiosa em que, na verdade, promove o ódio e a perseguição de grupos minoritários que destoam do modelo hegemônico de crença, conduta, sexualidade, gênero, raça, classe, etc.; e, d) conforme Leher (2020), pela aparência neofascista contemporânea agressiva e frívola, propagada por apologias ao uso de armas e discursos convergentes com o ideário do fascismo clássico.

O neofascismo contemporâneo é sorrateiro, pois implementa suas ações a partir das estruturas estatais e para beneficiar a hegemonia burguesa, à semelhança do que informava Fernandes (2015): é um fascismo de menor sofisticação, mas visceralmente autoritário, repressor e contrarrevolucionário. Ou seja, é constituído como um fascismo dissimulado e traiçoeiro que “fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’ sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução” (FERNANDES, 2015, p.52). O neofascismo hoje funciona como um vírus contaminando todas as células da democracia (ainda que nos limites da democracia burguesa), de modo disfarçado, é ressignificado como um processo de fascistização das estruturas estatais, segundo Lima e Soares (2020).

O processo de fascistização combina o regime autoritário (por uma política econômica afinada com os interesses imperialistas), com a difusão de valores conservadores que encontram suas raízes na mentalidade colonial (racismo, homofobia, misoginia) e com a militarização do poder, especialmente de funções estratégicas do Estado burguês no capitalismo dependente. Assim, a condição colonial permanente se renova e o ódio de classe, ressignificado cotidianamente desde o Brasil colônia, manifesta-se pela intolerância religiosa, pelo racismo, pela aversão ao índio, a homofobia e a misoginia (LIMA; SOARES, 2020, p. 57/58).

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

No que tange à educação superior, o Plano de Governo de Bolsonaro (PSL, 2018) fornece conteúdo nítido de sua aproximação com o neofascismo mediante a combinação de ações ultraconservadoras e ultraneoliberais. A sua proposta de governo, “*O caminho da prosperidade*” (PSL, 2018), preconiza o estímulo ao setor privado em detrimento do público, com motivações explícitas ao ensino a distância e à ideologia do empreendedorismo. Além disso, hierarquiza as etapas do ensino de modo a estabelecer prioridades no financiamento público, favorecendo o ensino básico em detrimento do ensino superior, alegando gasto excessivo com esse nível da educação⁸. Conforme Lima (2019), as intenções de Bolsonaro para as universidades públicas:

[...] devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Educação a distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática (LIMA, 2019, p.31).

A política de Bolsonaro direciona as ações para a desqualificação da educação superior pública: “o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes” (PSL, 2018). Assim, o Governo Bolsonaro desconsidera o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica, ainda que as universidades públicas sejam responsáveis por mais da metade da produção científica brasileira (ESCOBAR, 2019, *online*). Isto porque o projeto bolsonarista para a educação superior é privatista e elitista, já que tal nível educacional não é considerado como direito social, mas como serviço que deve ser ofertado pelo setor privado, somente a determinados segmentos no capitalismo dependente.

Ademais, em consonância com o neoconservadorismo baseado no fundamentalismo religioso, o Governo Bolsonaro ataca as instituições de educação e, conseqüentemente, a comunidade acadêmica, acusando-as de doutrinação e de sexualização de crianças e adolescentes: “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, *sem doutrinação e sexualização precoce*” (PSL, 2018, p. 41, grifo do autor). Além de estabelecer o cerceamento da liberdade por intermédio da cassação e proibição de determinados autores nas disciplinas ministradas, já que propõe “expurgar a ideologia de Paulo Freire” (PSL, 2018, p. 46) das escolas e universidades. O foco é cercear a reflexão densa e

⁸ Destaca-se que a educação superior envolve ensino, pesquisa e extensão, o que equivale à necessidade de mais investimento público, a fim de garantir o desenvolvimento da ciência no país.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

crítica, o respeito à diversidade humana e de pensamento, fazendo uso de ações violentas e agressivas, especialmente no campo educacional.

Nessa lógica, os propósitos e anseios difundidos pela burguesia local e internacional, expressos pelo Governo Bolsonaro, obtêm materialidade com as ações e programas promovidos pelo Ministério da Educação que incorporam uma política de privatização e de controle ideológico. Dentre as ações direcionadas à educação superior, o Programa que deteve maior destaque e visibilidade foi o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores, conhecido como “Future-se”.

2.1 Futuro à sombra do passado: o Programa “Future-se” em questão

No que consiste à educação superior, o Governo Bolsonaro já em 17/07/2019, sob a gestão do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, divulgou o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores – o programa Future-se. Esse obteve forma a partir do Projeto de Lei (PL) n. 3076/2020 (BRASIL, 2020), após passar por quatro versões⁹ em razão da constante resistência, principalmente da comunidade acadêmica.

O Programa aglutina resquícios de uma herança colonial por meio da utilização de caducas ideologias com suporte em novas roupagens. Em outras palavras, o desenvolvimentismo e a modernização ostentadas no passado renovam-se com a implementação do empreendedorismo como meio e fim da política de educação. Em harmonia com os dinamismos do capitalismo dependente, o Programa Future-se articula suas concepções com a finalidade de atender aos interesses renovados da “hegemonia burguesa conglomerada”¹⁰ (FERNANDES, 1975), mesclando o arcaico e o moderno. Assim, modifica-se toda a realidade das instituições de ensino superior pública por intermédio do impulsionamento de um programa de privatização, mascarado de inovação, dado que as universidades não são explicitamente

⁹ Conforme Sguissardi (2020), o Programa tem sua primeira versão divulgada em 17/07/2019; a segunda em outubro/2019; a terceira anunciada em janeiro/2020; e, por fim, a quarta versão em maio/2020; esta última foi transformada no Projeto de Lei n. 3076/2020, posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional.

¹⁰ Segundo Fernandes (1975, p. 107), no capitalismo dependente “[...] a hegemonia oligárquica foi substituída por um *padrão composto de hegemonia burguesa*” em que se garantiu a associação privilegiada da oligarquia com frações das classes altas e dos setores intermediários (comerciantes, profissionais liberais, estrangeiros), a partir de um “aburguesamento da oligarquia” e de outras camadas sociais, por meio de processos amplos e complexos que foram se constituindo em uma “*hegemonia burguesa conglomerada*, cujos interesses e concepção de mundo e poder dos setores mais estáveis e consolidados aglutinaram a socialização econômica, sociocultural e política dos novos grupos e subgrupos” (ibid., grifos nossos).

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

privatizadas, mas perdem sua autonomia no momento em que seu financiamento se desloca para a iniciativa privada.

Ademais, o programa foi estabelecido e exibido de forma autocrática, sem diálogo com a comunidade acadêmica em seu processo de formulação. Igualmente, o programa de viés neoliberal “consiste em uma política pública que induz a uma redução drástica do papel do Estado. Trata-se de uma política pública de viés privado” (QUEIROGA, 2020, p. 3). Na fase atual do projeto neoliberal, a educação está cada vez mais afastada do seu sentido de direito social, garantida por meio de política de Estado. Por isso, a política de educação é compreendida como um serviço que pode ser prestado por outros, e também como um gasto para o Estado, sendo, de fato, considerada como potencial fonte de lucro para os empresários do ramo educacional (SCHLESENER, 2020).

Destarte, o programa subdivide-se em três eixos: 1) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; 2) empreendedorismo; e 3) internacionalização (BRASIL, 2020). Vale frisar que tais eixos aprisionam a pesquisa e o conhecimento crítico e científico à dinâmica do capital, descortinando a especificidade heteronômica do capitalismo dependente, visto que a inovação aqui mencionada se restringe a atender às demandas do setor empresarial, ou seja, da burguesia imperialista. Como ressalta Sguissardi (2020, p. 224), o Future-se expressa “os princípios neoliberais da competição e da concorrência; o saber como mercadoria, commodity, mercadoria–valor”, apresentando como objetivos:

I) Incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais; II) Promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; III) Fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior; IV) Estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; V) Aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais (BRASIL, 2020, p. 1).

O primeiro inciso já expõe as intencionalidades ambicionadas pelo Governo Bolsonaro de privatização da educação superior. O incentivo expresso ao financiamento privado para as atividades desenvolvidas pela universidade pública esclarece que se busca promover a transferência da responsabilidade do Estado à iniciativa privada. Além disso, essa disposição provoca a fragmentação, bem como a hierarquização das áreas de conhecimento, uma vez que

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

seguindo o nexo do mercado, os projetos e programas financiados serão os que fornecerão lucro direto e imediato. Para Queiroga (2020, p. 4), “trata-se de um tipo de concepção que vê sentido apenas sobre aquilo que produz algum retorno imediato [...]”; seguindo a lógica do mercado, a produção científica das universidades públicas passaria a ser subordinada aos anseios do empresariado. Sob essa ótica, o inciso dois também deixa transparecer quais serão as temáticas prioritárias estimuladas pelo Governo Federal. Já o inciso terceiro, em consonância com os interesses de desmonte do ensino público, instiga a ideologia do empreendedorismo.

No que tange ao empreendedorismo, é primordial registrar o viés ideológico em razão da materialidade do objetivo de refuncionalizar as IES públicas, mediante a introdução nos currículos de atividades empreendedoras, como exposto no Art.19/inciso VI: “promover e disseminar a educação empreendedora por meio da inclusão de conteúdos e atividades de empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos técnicos, graduação e pós-graduação” (BRASIL, 2020). Assim, o Programa retira da universidade o papel de investigação da realidade social e a capacidade criadora e inventiva da produção científica e Lima (2019, p. 34) analisa que

trata-se do aprofundamento de um modelo de financiamento (privado) e de gestão (empresarial) que ressignifica as funções político-pedagógicas da educação pública, esvaziando o sentido de produção e socialização do conhecimento crítico e criativo e a busca de soluções para os problemas sociais urgentes de um país capitalista dependente, substituídos pela venda de serviços educacionais e de bens imobiliários das instituições públicas e pelo investimento no lucrativo mercado financeiro.

Em suma, o Programa Future-se reflete os objetivos do atual governo representante fiel da hegemonia burguesa local e imperialista que tonifica o neoliberalismo com ações privatistas para a educação superior pública, fundamentado na orientação ultraconservadora e elitista. O Governo de Bolsonaro revitaliza: a) o elitismo classista que pretende apartar a classe trabalhadora do direito à educação pública, gratuita e de qualidade; e b) o privilegiamento de áreas duras do conhecimento, em detrimento das ciências humanas e sociais, com o intuito de silenciar o pensamento crítico e sintonizado com as necessidades de uma sociedade marcada pelo desenvolvimento capitalista dependente em sua estrutura e dinâmica atual.

Considerações finais

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

Em um cenário de constantes e amplos retrocessos, mediante o alastramento da barbárie em sua totalidade, a política de educação experimenta os ataques de forma contundente e o neofascismo aciona ações concretas por intermédio da propagação do ódio contra todos que desviam dos valores e interesses da dominação burguesa.

Apoiado em seu Plano de Governo (PSL, 2018), Bolsonaro e seus ministros promovem discursos, ações e programas que desqualificam e atacam a comunidade acadêmica e, conseqüentemente, os limites da democracia burguesa. Fato esse evidenciado por suas reverberações no campo educacional, sobretudo, quando analisado o Programa Future-se, o qual ambiciona posicionar a universidade nos ditames do capitalismo dependente, sob o domínio do projeto neoliberal (LEHER, 2020).

À vista disso, torna-se vital a mobilização e a resistência das diversas frações da classe trabalhadora com intuito de empenhar-se em defender, simultaneamente, a democratização real da educação e da sociedade, como reconhece Fernandes (1989, p. 13): “ambas se determinam reciprocamente e qualquer política educacional ‘democrática’ teria de levar em conta essa totalidade histórica dinâmica e criadora”.

Portanto, são inquestionáveis e profusos os desafios atuais direcionados à educação brasileira, especialmente à educação superior pública, uma vez que detemos um presente que é produto de uma história marcada pela desigualdade, exploração e opressão em razão da faceta dependente do capitalismo no Brasil. Por isso, é indispensável estar consciente para resistir e lutar pela construção de uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos e todas com fundamento no trabalho coletivo e na inflexível oposição a governos neofascistas.

Referências

ARCARY, Valério. Bolsonaro é ou não um neofascista? In: **O Neofascismo no Poder: análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 101-117.

BRASIL. **Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - FUTURE-SE**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso: 05/10/2022.

CARDOSO, Limoeiro Miriam. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. In: **Estudos Avançados**. v.10, n.26. São Paulo: jan./abr. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100014> Acesso em: 02/10/22.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

CISLAGHI, Juliana; DEMIER, Felipe. O desigual e combinado Brasil sob o neofascismo de Bolsonaro. In: **O Neofascismo no Poder: análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 11-17.

DUARTE, Janaína L. do Nascimento. Velhos e novos dilemas da educação superior brasileira em tempos de Covid-19. In: SANTOS, Leonardo Moreira dos; SOUSA, Raquel de Brito; NOGUEIRA, Ian Carlos. (Org.). **Humanidades em Tempos de Trabalho Remoto: Educação, Universidade, Saberes**. 1ed. Porto Alegre/RS: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 21-46.

DUARTE, Janaína L. do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia (org). **Capitalismo Dependente, Racismo Estrutural e Educação Brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque. In: **Argumentum**. N.14 (1). Vitória: PPGPS/UFES, 2022, p. 7-25.

ESCOBAR, Herton. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. In: **Jornal da USP**. *Online*, 05/09/2019. Disponível: <<https://jornal.usp.br/?p=270700>> Acesso em: 11/10/22.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020a.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: Reforma ou Revolução?** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOFASCISMO: BRASIL PÓS 2019

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. In: **(Neo)fascismos e educação** – reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 47-84.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. In: **Revista Universidade e Sociedade**. Ano XXIX. Edição Especial América Latina – out./2019. Brasília: ANDES/SN, 2019, p. 8-39.

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, Kátia (Org.). **Capitalismo Dependente, Racismo Estrutural e Educação Brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 41-59.

MOTTA, Vânia; ANDRADE, Maria; O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.224423>> Acesso em: 17/10/2022.

PSL. Partido Social Liberal. **O Caminho da Prosperidade**. Proposta e Plano de Governo, Bolsonaro 2018. Brasília: PSL, 2018. Disponível em: <http://www.psl-sp.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf> Acesso em: 10/10/2022.

QUEIROGA, F. L. **Crítica ao Programa FUTURE-SE: autonomia como dispositivo de desativação do papel do Estado sobre Institutos e Universidades Federais**. In: **Jornal de Políticas Educacionais**. V.12, n.52, dezembro de 2020.

SCHLESENER, Anita. Observações sobre o projeto geopolítico mundial de concentração do capital e seus desdobramentos na educação. In: **(Neo)fascismos e Educação** – reflexões críticas sobre o avanço neoconservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 84-99.

SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior e a crescente desigualdade social no Brasil em tempos neoliberais. In: **Políticas Regressivas e Ataques aos Direitos Sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2020, p. 195-236.